

**OPERÁRIOS DA BOLA OU REFÊNS DO SISTEMA? A TRAJETÓRIA DO ATLETA
DE FUTEBOL NO CAMPO DEMARCADO PELOS INTERESSES DO CAPITAL**

Agnaldo kupper¹

RESUMO

Para compreender o futebol, faz-se necessário conhecer e reconhecer a posição que a atividade ocupa por meio da distribuição dos praticantes segundo a colocação deles no espaço social, apontando para a necessidade de se perceber o tratamento do esporte na condição de fenômeno inscrito em um sistema mercadológico. A popularização dos esportes - entre os quais o futebol que, em tempos contemporâneos, abandona progressivamente seu caráter recreativo para transformar-se em atividade vinculada ao consumo de massa - fundamentou-se (não só, mas acima de tudo) em relações capitalistas, adaptando-se à vida moderna e firmando-se como forma dissimulada para o trabalho, seguindo as determinações ditadas pela produção. No processo de transformação do futebol em espetáculo esportivo globalizado, atletas são vistos como mercadoria, torcedores como consumidores e o jogo como ativo financeiro.

Palavras-chave: Futebol. Industrialismo. Relações de trabalho.

ABSTRACT

Ball workers or system hostages? The trajectory of the football athlete in the field demarcated by the interests of capital

To understand football, it is necessary to know and recognize the position that the activity occupies through the distribution of practitioners according to their placement in the social space, pointing to the need to perceive the treatment of the sport as a phenomenon inscribed in a market system. capitalist relations, adapting to modern life and establishing itself as a disguised form of work, following the determinations dictated by production. In the process of transforming football into a globalized sporting spectacle, athletes are seen as merchandise, fans as consumers and the game as a financial asset.

Key words: Football. Industrialism. Work relationships.

1 - Universidade Estadual Paulista - Unesp, campus de Assis, São Paulo, Brasil.

E-mail do autor:
agnaldokupper2009@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho constitui uma atividade que expressa a maneira como uma sociedade se organiza, como cria e distribui riquezas.

Do ponto de vista da tecnologia, o trabalho transformou-se ao longo da história: inicialmente artesanal, passou a ser manufaturado, até chegar à sua aplicação no interior das fábricas, locais próprios destinados a substituir e multiplicar as capacidades do corpo humano e desenvolver continuamente a produtividade.

O futebol moderno emergiu como lazer até enquadrar-se no contexto da produção fabril, articulado dentro de uma maior inovação tecnológica e na separação entre o trabalhador e os meios de produção, já que é nas práticas de lazer e por meio delas que os indivíduos, deforma consciente ou não, realizam a crítica da vida rotineira, já que o ócio propicia algo que o trabalho e mesmo a vida privada familiar (tal como são oferecidos no mundo capitalista) não podem ofertar, como a distância da noção de tempo, do relógio, da disciplina e da obrigatoriedade (Lefebvre, 1958).

Porém, o lazer não está dissociado do labor, o que significa dizer que nem sempre indica quebra, mas sim um distanciamento do que é normal enquanto atividade costumeira.

Há significativa semelhança entre a evolução industrial capitalista e o desenvolvimento do futebol no contexto produtivo. Basta que constataremos que a duração de uma partida de futebol não depende de uma contagem de pontos (caso do vôlei e do tênis), mas do cronômetro (caso da fábrica).

Sua busca é por rendimento quantitativo, onde o triunfo se dá a partir da meta atingida a partir do trabalho em equipe, segundo a divisão de tarefas. Assim como a produção industrial, o todo deve estar voltado para que se atinja o objetivo: produzir e defender o produzido de qualquer revés, seguindo técnicas e regulação.

Assim como no sistema produtivo, no futebol alguns realizam, outros pensam e dirigem; outros ainda colhem os resultados. E a popularização dos esportes - entre os quais o futebol que, em tempos contemporâneos, abandona progressivamente seu caráter recreativo para transformar-se em atividade vinculada ao consumo de massa - fundamentou-se (não só, mas acima de tudo)

em relações capitalistas, onde os atletas, apesar de algumas conquistas, são transformados em objetos de troca e, portanto, de comercialização.

Futebol e industrialismo

Os esportes modernos surgiram na transição para o industrialismo pleno, com práticas como futebol, basquete e vôlei respondendo às novas circunstâncias urbanas e disciplinares da segunda metade do século XIX, quando o tempo cronométrico se tornou fator para avaliações do desempenho, o que significa dizer que o espírito profissional passou a superar o espírito lúdico como forma de recuperação da energia disponibilizada para o trabalho através do entretenimento.

O futebol e seu desenvolvimento e expansão teriam feito parte de uma estratégia dos empregadores e patrões, em geral para recuperar o controle e harmonizar a produção. A atividade seria uma poderosa aliada da disciplina operária.

Sobre a origem do esporte moderno, há uma relação íntima entre industrialização e esportivização, próprio “de uma transformação mais profunda das sociedades europeias, o que exigia dos seus membros uma maior regularidade e diferenciação de comportamentos” (Elias, Dunning, 1992, p. 225).

Para Elias e Dunning (1992, p. 322), o aumento da importância das atividades esportivas relaciona-se a três aspectos:

[...] o desenvolvimento do desporto como um dos principais meios de excitação agradável; a transformação do desporto, em termos de função, num dos principais meios de identificação coletiva; a emergência do desporto como uma fonte decisiva de sentido na vida de muitas pessoas.

Thompson (1987), por sua vez, afirma que seria ilusão imaginar que a Revolução Industrial (tanto a Primeira quanto a Segunda) substituiria o mundo rural por um mundo urbano sem conflitos, uma vez que jogos e trapagens, esportes brutais, superstições e celebrações populares permaneciam vivas e precisavam ser domesticadas, moralizando as diversões. Porém, segundo o autor, isso não significa que os trabalhadores envolvidos pelo processo revolucionário industrial dos séculos XVIII e XIX

tenham reproduzido valores e práticas a eles indicadas sem levarem em consideração seus próprios padrões e costumes, ou seja, adaptaram-nas às suas visões. Muito porque Revolução Industrial e os esportes modernos baseiam-se na competição, na produtividade, na especialização de funções e quantificação de resultados. Ou seja, no jogo social, restrições de comportamento possibilitam o controle dos interesses individuais em nome do que passa a ser intitulado “bem comum”. Nas escolas públicas britânicas, por exemplo, foram introduzidas novas formas de jogar, muito pela busca da esportivização:

Parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas grandes escolas reservadas às “elites” da sociedade burguesa, nas public schools inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia remontaram alguns dos jogos populares, isto é, impondo-lhes uma mudança de significado e de função muito parecida àquela que o campo da música erudita impôs as danças populares, bourrées, gavotas e sarabandas, para fazê-las assumir formas eruditas como a suite. (Bourdieu, 1983, p. 139).

Portanto, não é de estranhar o desenvolvimento do esporte moderno na linha trajetória do capitalismo em sua fase industrial: racionalização, padronização e cálculo de performance, acompanhando a transição para a vida de base urbano-industrial (competitiva, racional e marcada pela busca de eficiência), expressando a passagem para uma nova mentalidade social, enraizada entre membros sociais privilegiados (até pela disponibilidade de tempo livre entre membros de uma elite social), mas depois internalizada entre os trabalhadores (até como forma de reforço às mentalidades dos segmentos sociais dominadores).

Também não deve ser vista com surpresa a multiplicação das regras esportivas a partir do século XVIII, em plena fase da explosão revolucionária produtiva industrial: corridas de cavalo, 1750; golfe, 1751; críquete, 1788; rúgbi, 1846; ciclismo, 1868; futebol, 1863 (Kupper, 2019).

Entre todos, destaque à penetração do ludopédio enquanto atividade entre trabalhadores, muito pela facilidade da prática

e pela possibilidade em recuperar o que lhes era subtraído pela linha de produção fabril, trazendo-lhes a sensação de pertencimento de si e não à fábrica.

Futebol como espelho da evolução da organização produtiva industrial

Os esportes modernos, assim como as práticas de lazer, fundamentaram-se (não só, mas acima de tudo) em relações capitalistas, constituindo-se em uma adaptação à vida urbano-industrial e firmando-se como forma dissimulada para o trabalho (Rigauer, 1969), daí não ser estranho o desenvolvimento do bolapê na linha de trajeto capitalista industrial. E para que possamos analisar de uma forma um pouco mais consistente a relação entre organização da mão-de-obra fabril e futebol, necessário que tracemos algumas abordagens na forma como se organizou o trabalho industrial no século XX.

Na evolução da busca mais racional de produção (na visão dos industriais e do lucro) e no contexto da Segunda Revolução Industrial, no início do século XX, países capitalistas desenvolvidos (caso da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América) viviam uma concorrência capitalista cada vez mais internacionalizada. Ao mesmo tempo, as demandas encontravam obstáculos não só nas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida, mas também na falta de qualificação e organização da mão de obra.

De acordo com o cenário, estabeleceu-se um esforço para organizar a produção industrial, de forma a aumentar a produtividade por meio da intensificação da disciplina laboral e de alterações na divisão social do trabalho, além do incremento do consumo de massas e das formas de estocar e escoar o produzido.

A conjunção de conflitos e mudanças foi o cerne do desenvolvimento de um modelo de gestão que viria a transformar o mundo do trabalho: o taylorismo, cujo termo provém do seu fundador, o engenheiro estadunidense Frederick Taylor (1856-1915), que em 1911 publicou o livro *Princípios da administração científica*, no qual reflete sobre suas experiências práticas e estudos acerca do trabalho do operário. A teoria de Taylor se baseia nos estudos de “tempos e movimentos” dos operários, formulando princípios e técnicas

de labor para tornar o trabalhador mais produtivo, reduzir custos e desperdícios e promover a divisão funcional da produção.

Uma das consequências do modelo taylorista de trabalho foi a separação radical entre trabalho manual e trabalho intelectual, já que Taylor partiu do pressuposto de que a maioria dos trabalhadores era preguiçosa e pouco afeita à criação e inovação. As tarefas de concepção de produtos e, principalmente, a gerência dos processos de produção, deveriam ser reservadas a um grupo restrito, que comporia uma espécie de elite em cada empresa capitalista.

Henry Ford (1863-1947), industrial estadunidense, também foi responsável por grandes mudanças na linha de produção fabril. Pioneiro na produção de automóveis, Ford fundou a Ford Motor Company em 1903 e revolucionou a indústria de automóveis ao adotar os princípios do taylorismo e o sistema de produção em série. Ao introduzir, em 1913, a linha de montagem móvel, conseguiu reduzir os custos, dinamizar a produção e, alguns anos depois, conquistar um amplo mercado consumidor.

No entanto, o modelo fordista, apesar de se fundar na administração científica de Taylor, rompeu com alguns de seus preceitos ao tentar minimizar os níveis hierárquicos. Outro paradigma implementado por Ford foram os programas de educação profissional, promovidos pela Escola Industrial Henry Ford, que se inseriam em um projeto mais amplo de educação moral, instruindo os trabalhadores sobre como conduzir a vida familiar, seu tempo livre, os cuidados com o corpo e até mesmo a gestão de salário.

Presentes nos Estados Unidos, as condições para o funcionamento do fordismo (produção em massa que requer um contingente considerável de trabalhadores, altos investimentos e extenso mercado consumidor) eram escassas no Japão, país que estava se recuperando da destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial, menor em extensão e sem a mesma capacidade energética e de obtenção de matérias-primas.

Diante do cenário japonês, surgiu o sistema conhecido como toyotismo (ou modelo japonês de produção) concebido a partir dos anos 1950 para reduzir ao máximo o desperdício e superar o modelo de produção

em massa tipicamente estadunidense. Também originado no ramo automobilístico da indústria, o toyotismo - desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno (1912-1990) e pelo empresário Eiji Toyoda (1913-2013), inicialmente nas linhas de produção da empresa automobilística japonesa Toyota - consolidou-se como alternativa para as particularidades do contexto produtivo japonês, propondo reformulações radicais na organização dos processos produtivos, na qualificação do trabalhador, na maneira de lidar com os sindicatos, no controle dos fluxos de estoque e no escopo do mercado.

O toyotismo foi, portanto, um modelo de gestão desenvolvido para a realidade do Japão, porém, em decorrência da crise mundial a partir dos anos 1970 (crise do petróleo associada ao aumento da inflação sem crescimento econômico e crises monetárias, localizadas em países como México, Brasil e Argentina), foi amplamente incorporado por outros países. O elemento principal desse sistema é a flexibilização da produção, ou seja, sua adequação ao momento e às características dos mercados locais, de acordo com a demanda. Se compararmos ao fordismo, fica evidente que esse modelo a produção em massa busca impor-se sobre o mercado consumidor em escalas cada vez maiores, o que exigia capacidades enormes de estocagem.

Outra medida importante do toyotismo foi o rompimento, mesmo que parcial, com a fragmentação de tarefas típicas da administração científica taylorista, aplicada na linha de montagem fordista (no sistema taylorista, o trabalhador deve desempenhar múltiplas tarefas em colaboração com uma equipe, cuja organização deve resultar na entrega de um produto ou no término de uma etapa complexa da produção).

Essa nova forma de organização depende, portanto, da solidariedade de uma equipe de trabalhadores multifuncionais com objetivos mais complexos do que os estabelecidos pelo taylorismo.

Seu objeto básico é a flexibilização da produção e o corte de custos, despreendendo-se da pesada estrutura do fordismo, o que permite-nos afirmar que o toyotismo reformulou drasticamente a maneira de produzir e pensar a produção, exigindo maior capacitação dos trabalhadores no manuseio das tecnologias e

operações produtivas, assim como a redução do número de trabalhadores nas indústrias, acompanhadas da atuação do Estado e suas políticas neoliberais necessárias à reestruturação produtiva tais como a flexibilização dos direitos trabalhistas e o estabelecimento de novas relações de trabalho.

E poderíamos ir além, projetando futuro, já que o mercado de trabalho contemporâneo se mantém em transformações provocadas pela economia dos aplicativos, fazendo o futebol e seus praticantes caminharem em direção a atividades remuneradas de forma precarizada, com contratações por partida e sem contrato fixo, o que já ocorre em partidas informais. É esperar para ver.

E o futebol com tudo isso?

O futebol acompanhou e continua a acompanhar as transformações no mundo do trabalho.

A visão de mundo que se disseminou nas primeiras décadas do século XX através de palavras como otimização, desempenho, lugares marcados na produção (cada um desempenhando uma parte do processo), trabalho coletivo, etc. passou a fazer parte de praticamente todas as instituições sociais, como a família e a escola. O futebol não foi poupado e passou a ser jogado com jogadores especializados em determinadas posições e funções, próprio do fordismo e do taylorismo. Ou seja, o jogo de futebol passou a contar com jogadores com posições e funções específicas, copiando a organização fabril, embora em regras não tão rígidas, mesmo que, na maioria das vezes, quase coercitivas.

João Boaventura (s/d) aponta quatro elementos do taylorismo presentes no futebol: velocidade, especialização de habilidades, cronometragem e trabalho em equipe. Os gols seriam os produtos e os espectadores os consumidores.

Assim, do mesmo modo que no ambiente fabril, há um ritmo produtivo. No futebol, tal compasso se transformou em táticas que penetraram nos clubes de forma mais apurada, visando à otimização do desempenho esportivo. As diferentes regiões do campo passaram a contar com subdivisões (posições) que demandaram características especializadas por parte dos jogadores, ou

seja, cada uma das onze posições numa equipe de futebol, para ser bem desempenhada, passou a pressupor um conjunto específico de habilidades e atributos (o goleiro teria como função específica defender a meta, o que envolvia características como saber saltar alto, segurar firmemente a bola, além de possuir elevada estatura, elasticidade, reflexo e concentração; os zagueiros deveriam, obrigatoriamente, defender a área, exigindo características como força física, boa estatura, capacidade de prever as jogadas do ataque adversário e, sobretudo, bom senso de colocação no campo de jogo; os laterais deveriam ser ágeis para poderem cumprir a função de defender e proteger a entrada do oponente, em normalidade com características muito rápidas; os meios campistas não precisariam ser altos, mas possuir boa visão de jogo, espírito de liderança, saber conduzir a bola e possuir excelente “passe” para armar com inteligência e precisão as jogadas de ataque por atuarem na chamada “zona de raciocínio”; os atacantes deveriam ter como características a finalização de curta distância e o cabeceio, sempre visando o gol, enquanto os ponteiros deveriam dominar o chute de longa distância, assim como a velocidade.

Como observado, próprio do desenvolvimento do mundo capitalista, muito por conta do desgaste do modelo taylorista/fordista, a produção passou a incorporar as técnicas do toyotismo que, progressivamente, ganharam espaço no cenário global produtivo, exigindo trabalhadores polivalentes em suas funções e flexibilidade em seus vínculos e regulamentações trabalhistas; e o futebol não se eximiu das novidades, vide exemplo da seleção holandesa de 1974 que apresentou seu “carrossel”, com jogadores desempenhando diversas funções em diferentes posições do campo, obrigando os jogadores de linha a atuarem no ataque e, sem a posse da bola, auxiliarem na defesa, ou seja, sem jogadores predeterminados para as funções tradicionais, exigindo conhecimento tático e polivalência (lateral como atacante, zagueiros e meios campistas no ataque, goleiro saindo com a bola). Ou seja, um futebol em que todos defendem e todos atacam, em espírito coletivo, em uma multivalência expressa também em funções fora do campo de jogo,

caso do cumprimento de agendas de patrocinadores, participação em comerciais e programas de televisão, entre outras atividades colaborativas para as vendas de produtos e marcas ligadas não apenas ao clube defendido, mas a interesses pessoais do atleta.

No mundo atual do ludopédio, a relação clube-jogador conta com uma série de regulamentações que norteiam as relações de trabalho, possibilitando a exploração dos operários esportivos. No que se refere à flexibilização do trabalho, a informalidade e a terceirização tornam-se progressivamente modelos trabalhistas marcados pela rotatividade, baixa remuneração ou até mesmo exercício autônomo do ofício, em que os melhores empregos e salários são quantitativamente menos numerosos.

Na visão contemporânea, os produtos materiais gerados pelos trabalhadores da bola (jogadores e jogadoras de futebol) são, além da participação nos jogos, os treinamentos físicos, onde o corpo é o objeto de acesso à produção e técnica, o que resulta nas produções imateriais, no caso o talento esportivo individual e o espetáculo (que agrega a capacidade dos atletas como estilo, criatividade, improviso e capacidade de raciocínio), em uma elaboração para o mercado consumidor. Isso significa que o espetáculo esportivo foi convertido em mercadoria que, para ser visto como bom produto para a venda, necessita de diversos profissionais especializados e talvez daí venha a explicação de valorização maior ao atacante do que ao defensor, já que o objetivo do jogo é o gol (exigência maior do talento do que da técnica) e o resultado, próprio de tempos neoliberais.

A produção do espetáculo de futebol, tal qual o temos em dias globalizados capitalistas, se torna, progressivamente, obra de empresários, promotores e patrocinadores, caracterizando uma intermediação e uma divisão de trabalho.

No caso dos patrocinadores (em especial, empresas fornecedoras de material esportivo), há a promoção da marca através da

substituição do físico pelo imaterial em busca do incentivo ao consumo.

Sendo assim, a espetacularização do futebol ganha densa intenção mercadológica, caracterizando a perda de autonomia dos atletas para produtores, agentes de venda e mídia, embora sejam os primeiros os protagonistas do espetáculo que se quer produzido.

Assim, atletas transformaram-se em patrimônio de empresários e clubes. Ou seja, no atual mundo do futebol (e esportivo), a recente valorização das novas subjetividades, a crescente visibilidade midiática e a produção do grande espetáculo, tem dado à produção imaterial hegemonia, em decorrência dos vastos negócios que permeiam o mundo da modalidade, mesmo que esse modelo, dialeticamente, também dependa do trabalho corporal do jogador.

No futebol, do ponto de vista do trabalho, existe uma série de agentes envolvidos no esporte.

Além dos mais evidentes que são os jogadores e o técnico, podemos listar uma série de outros profissionais: médicos, fisioterapeutas, massagistas, nutricionistas, psicólogos, jornalistas, relações públicas, marqueteiros, economistas, advogados, estatísticos, gerenciadores de carreira, auxiliares técnicos em vários ramos, além de pessoal da área de serviços (limpeza, eletricidade, hidráulica, engenheiro de manutenção do edifício, manutenção do gramado, entre outros).

Entretanto, aqui, considerando as formas de relação de trabalho com vistas à obtenção de resultados e interesses do capital, é abordada a questão do trabalho apenas em relação ao atleta e sua relação com o clube (organização que o contrata) no contexto legislação existente.

Atletas como mercadorias

Inicialmente, a “lei do passe”¹ estabeleceu que a transferência de um atleta só poderia ocorrer caso houvesse sua prévia e

deveria ser paga para que o atleta pudesse mudar de agremiação, o que disciplinou o “passe”, mantendo sua lógica inalterada, mas reduzindo e limitando um pouco o poder e os abusos dos clubes.

¹ O “passe” era um valor que a agremiação cobrava para transferir um de seus jogadores para outro, sob o pretexto de restituir tudo aquilo que o clube investiu na formação do atleta. Neste sentido, fixava uma quantia que

expressa anuência. Os registros feitos à revelia do interessado passaram a ser considerados nulos.

Mas havia um “pulo do gato” que favorecia os clubes: mesmo que tivesse terminado o contrato do jogador com a instituição, ele não teria a liberdade para se transferir, já que seu novo clube deveria pagar o “passe” para a antiga agremiação.

Isso significava um direito patrimonial, nascido a partir do contrato, que estendia seus efeitos para depois do encerramento da relação entre as partes. Ou seja, o atleta era mantido preso ao clube mesmo que não jogasse mais e seu contrato estivesse concluído com ele, mas só poderia se transferir se houvesse a concordância da antiga entidade empregadora, que poderia vetá-la se a interessada fosse uma agremiação rival.

Por outro lado, os clubes poderiam transferir o praticante profissional, mesmo que este não desejasse, para o clube que pagasse o valor estipulado. Ou seja, o atleta da bola não tinha voz nem direito algum num processo de transferência.

O “passe” manteve os jogadores de futebol em uma espécie de servidão não declarada já que o atleta não poderia desempenhar suas atividades sem que houvesse a anuência do clube, mesmo que já não tivesse mais contrato vigente. Em resumo: o esportista da bola era algo que poderia ser vendido, emprestado, doado e até mesmo penhorado.

No Brasil, o caso “Afonsinho” (Afonso Celso Garcia Reis), jogador profissional revelado pelo XV de Jaú em 1962, foi emblemático. Em 1965, o atleta passou a jogar pelo Botafogo do RJ onde foi campeão várias vezes, inclusive campeão da Taça Brasil, como capitão do time. Após uma série de acontecimentos no clube, Afonsinho foi emprestado durante um ano ao Olaria Atlético Clube (RJ) em função de divergências com a diretoria alvinegra, em uma espécie de exílio sancionado pelo clube como punição. Quando retornou ao Botafogo, as divergências entre o jogador e a diretoria tornaram-se ainda maiores. Em um desses embates, foi exigido a Afonsinho que, como os outros jogadores do Botafogo de então, cortasse o cabelo e a barba para treinar. Afonsinho recusou-se e estava decidido a parar de jogar profissionalmente e se dedicar mais à medicina, que cursava

paralelamente ao ludopédio. Porém, o Botafogo se recusou a demitir o jogador por conta do artifício do “passe”. Mesmo assim, durante determinado período, o atleta passou a se apresentar ao clube para treinar, mesmo sendo recusado por manter seus cabelos e barba (cada vez mais) compridos. A situação tornou-se insustentável e o jogador procurou solução na justiça desportiva, conseguindo o passe livre em 1971 (que lhe foi negado em primeira instância e depois concedido pelo Tribunal Superior de Justiça Desportiva).

O caso Afonsinho poderia ter decretado o fim do “passe” no planeta bola, mas foi mesmo o “caso Bosman” que o fez. Isso porque, no que tange aos atletas presos profissionalmente aos clubes, o chamado ‘Caso Bosman’ veio alterar as relações entre clubes e jogadores de futebol, uma vez que Jean-Marc Bosman (1964 -), atleta belga, deu início a uma ação judicial contra a Federação de Futebol de seu país e contra a União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) entre 1989 e 1990. Com a ação, Bosman conseguiu a liberdade para negociar seu passe com outros clubes. O processo teve duração aproximada de cinco anos. No recurso, Bosman apontou para a ilegalidade da lei do passe que prendia jogadores aos clubes, bem como questionou a limitação do número de jogadores estrangeiros pertencentes à União Europeia entre clubes do continente, uma vez que, até então, as equipes europeias só podiam escalar até três jogadores não originários do país de atuação da agremiação.

O caso Bosman transformou-se em referência para a circulação livre de atletas e desbancou o limite de jogadores “estrangeiros” em um clube. Jean Marc Bosman parece ter sido uma espécie de “libertador” dos jogadores de futebol no mundo. No entanto, apesar de conseguir passe livre, Bosman, não teve vida fácil, pois passou a ter dificuldades em encontrar um clube de futebol que quisesse contratá-lo.

Com a liberdade de mercado aos jogadores, profissionais denominados no meio do futebol como “agentes”, emergiram, tratando das negociações de contratos para diversos atletas. A intermediação gera lucros e, na prática, “prende” os profissionais do futebol a empresários intermediadores de contratos.

Em solo brasileiro, o artigo 11 da Lei 6.354/76 (extinta em 2011, de acordo com

artigo 96 da Lei 9615/98), muito por conta do “caso Bosman”, alterou as relações entre clubes e jogadores profissionais de futebol.

Antes, porém, especificamente em 1993, a chamada Lei Zico (Lei 8672/93, assim denominada pelo fato do ex-jogador Arthur Antunes Coimbra, Zico, ocupar, à época, o cargo de Secretário de Esporte no governo Itamar Franco) deu mais autonomia às entidades profissionais, facultando-lhes a possibilidade de transformarem-se em empresas, porém não conseguiu revogar a essência da “lei do passe” e apresentar uma alternativa de vínculo contratual aos atletas profissionais. No entanto, em que pese sua originalidade, sofreu inúmeras modificações devido à pressão de clubes e dirigentes. As maiores mudanças só vieram mesmo com a denominada Lei Pelé.

O Artigo 28 da Lei número 9.615/98 (Lei Pelé, assim chamada pelo fato de Edson Arantes do Nascimento ocupar o cargo de Ministro dos Esportes no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso) estabeleceu que o jogador profissional de futebol, empregado por uma entidade desportiva, deveria ter seu contrato regido pela legislação trabalhista (CLT, artigo 3). A lei acabou com o vínculo duradouro do jogador com um clube ou entidade, permitindo ao atleta de futebol escolher outro empregador, ou seja, transferir-se para uma outra agremiação após o fim do contrato estabelecido entre as partes. O passe, que antes da Lei Pelé era um mecanismo legal que regulava a profissão do atleta de futebol, funcionando como uma permissão que ele recebia para continuar exercendo sua atividade em outro clube, concedida por procuradores e/ou empresários para que pudesse ser negociado para outro clube perante uma indenização, teve fim.

Se a Lei Pelé pôs fim, definitivamente, à Lei do Passe, permitiu, porém, o direito de um atleta assinar seu primeiro contrato profissional com o seu clube formador (contrato nunca inferior a três meses e nunca superior a cinco anos).

Ainda pela Lei Pelé, a entidade formadora do atleta passou a ter preferência pela primeira renovação do contrato do atleta e poder solicitar indenização em futuros contratos do(a) jogador(a) ao longo de sua carreira. Em outras palavras: o atleta de futebol manteve sua característica de mercadoria (tal qual uma

“coisa de jogar futebol”), o que significa dizer que, se a Lei Pelé decretou o fim do passe, estabelecendo liberdade aos jogadores através da flexibilização do sistema de transferências, não garantiu a liberdade plena para os atletas devido a inúmeros decretos e medidas provisórias que buscaram preservar os interesses capitalistas de dirigentes e empresários através de indenizações pela formação dos mesmos, além de multas rescisórias.

Com a Lei Pelé, na prática, o futebol passou a acompanhar as relações capitalistas de trabalho (periodicidade/rotatividade, perda da estabilidade e flerte com a realidade do desemprego), o que faz parte da situação mais ampla na sociedade no contexto de uma acumulação flexível, facilitando os contratos temporários e um rejuvenescimento da força de trabalho no futebol brasileiro. Outra semelhança entre os contextos é a presença da pirâmide estrutural dos postos do trabalho, que segue um padrão bem definido, em que os melhores empregos e salários são quantitativamente menos numerosos dos que aqueles que remuneram menos e determinam menos direitos.

Desde a sua criação, a Lei 9.615/98 foi alterada por diversas outras leis e decretos que interferiram em seu objetivo original, tornando-a uma “colcha de retalhos” mal costurada, com normas paradoxais e casuísticas.

No entanto, talvez a Lei 12.395/2011 tenha sido aquela que tentou dar um norte às questões relativas ao esporte nacional já que ela, entre outras questões, visou acabar com a constante transferência de jogadores e com a dicotomia estabelecida entre clubes em dificuldades e empresários milionários. Tentou melhorar, ainda, a qualidade na formação de atletas, em especial dos jogadores de futebol, e equilibrar o cenário legal esportivo, no qual os clubes sempre foram os grandes beneficiados. Alterou, ainda, os contratos de trabalho dos atletas profissionais, considerando as especificidades da profissão, regulando a atuação dos empresários e o Direito de Arena (direito coletivo que faz referência à autorização sobre a transmissão, utilização e fixação de imagens nos eventos esportivos, mas que não constitui um direito individual dos atletas, que recebem parte da receita obtida por intermédio do sindicato da categoria, o que premia, de alguma forma, a criatividade e originalidade do

profissional esportista) e de Imagem (diferente do direito de arena, é um direito individual e decorre do fato de clubes e atletas assinarem, paralelamente ao contrato de trabalho, um contrato de cessão de direito de imagem pelo qual o clube empregador pode explorar a imagem dos atletas para fins comerciais e lucrativos em camisetas, pôsteres, entre outros).

Importante frisar que, ao não serem vinculados ao contrato de trabalho, os valores recebidos pelos profissionais da bola através do direito de imagem não incidem sobre os chamados encargos trabalhistas (FGTS, INSS, férias e décimo-terceiro salário), o que tem sido utilizado pelos clubes para fraudar a legislação trabalhista, em clara manipulação de interesses, onde o trabalhador da bola parece caminhar para a precarização.

A intermediação clube-atleta

Com a liberdade de mercado aos jogadores, profissionais denominados no meio do futebol como “agentes” emergiram, tratando das negociações de contratos para os atletas. A intermediação gera lucros e, na prática, “prende” os profissionais do futebol a empresários intermediadores de contratos.

A lei apenas permite ao jogador decidir em qual clube deseja atuar (caso possua ofertas), colocando-se na condição de empreendedor, com um bom contrato contemplando sua participação no ‘direito de transmissão’ (preço comercializado por cada clube junto a emissoras de televisão para transmissão dos jogos), ‘direito de arena’ (como apontado, estipula que 5% dos valores negociados entre clube e emissora de televisão devem ser distribuídos entre atletas que participam do evento esportivo, com tal distribuição intermediada pelo sindicatos dos atletas), ‘direito federativo’ (substituto da lei do passe, estabelece o vínculo desportivo do jogador com clube registrado em alguma federação, o que permite à agremiação usufruir do atleta em competições), ‘cláusula indenizatória’ (estipula o valor da multa de rescisão de contrato estabelecido de um atleta, que pode ser de até duas mil vezes a média salarial do mesmo nas transferências nacionais), ‘contrato de produtividade’ (atleta recebe bonificações de acordo com seu desempenho esportivo), ‘direitos econômicos’ (diz respeito à porcentagem que clubes,

empresas gestoras da carreira dos atletas e empresários têm sobre a venda de jogadores), ‘direito de imagem’ (corresponde a valores pagos aos atletas de futebol para exploração da imagem dos mesmos junto a produtos ou marcas).

Na realidade, os benefícios são para poucos, uma vez que a própria Confederação Brasileira de Futebol, desde 2015, divulga ranking de salários dos atletas de futebol, informando que poucos são os atletas beneficiados, com a maioria dos praticantes profissionais percebendo valores que beiram um salário-mínimo que, como se sabe, envolve apenas um valor de referência.

No futebol o modelo capitalista é seguido pelo futebol na lucratividade. Um jogador profissional com idade avançada é visto pelo clube pelo salário (se elevado) e como candidato a ir embora, já que sempre é possível contratar um jovem talentoso mais barato. Tal qual um trabalhador de fábrica longo.

A lógica do mercado parece mesmo caminhar de mãos dadas com a lógica dos clubes de futebol.

No entanto, para quem perdeu o emprego em uma empresa qualquer, pode existir a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. Já para quem perdeu o vínculo empregatício no mercado do futebol, muito por conta da total dedicação, o drama é bem mais acentuado, com atletas dispondo da atividade quando com idade entre trinta e trinta e cinco anos, portanto excluídos numa fase ainda produtiva de suas vidas e sujeitos a uma nova inserção no mercado de trabalho com salários bem reduzidos em relação aos que recebiam, alterando precariamente o padrão de vida, o que gera sérias repercussões familiares.

Com a implementação da liberdade de mercado aos jogadores, profissionais denominados no meio do futebol como “agentes” predominam, tratando das negociações de contratos para diversos atletas, intermediação que gera lucros e que, na prática, prende os profissionais do futebol aos interesses de tais intermediários.

Formação de atletas, também sob interesses

Não há como não considerar que a atividade principal de um clube de futebol é o

processo de produção esportiva através do desenvolvimento de talentos.

A evolução do mercado de jogadores ganhou grande proporção a partir dos anos 1980, quando os melhores atletas passaram a ser disputados pelos principais clubes europeus, o que tornou premente a necessidade de investimentos para captação de mais e mais desses “produtos”, indicando processos de detecção e recrutamentos de jovens adolescentes, em geral pertencentes às camadas sociais menos abastadas que buscam, em um cenário altamente competitivo, projeção e mobilidade social ascendente. Há responsabilidade das consequências trazidas pelo caso Bosman na Europa e pelo estabelecimento da Lei Pelé no Brasil, que instituíram novas regras para transações comerciais de jogadores ao modificarem as negociações e renegociações dos contratos no mundo futebolístico.

Tornou-se comum o recrutamento de jovens observados como promissores para a prática através de centros formadores, caso do Brasil. A intenção dos clubes é repor perdas e, a partir do sucesso do atleta, vê-lo emigrar para outros países em troca de compensação pela formação do mesmo, o que significa dizer que o futebol impulsiona progressivamente a estruturação de uma verdadeira indústria de formação de atletas, não apenas com investimentos clubísticos, mas também com investimentos dos próprios familiares sobre jovens e adolescentes entre doze e dezesseis anos de idade.

Embora a Europa seja o maior destino dos jogadores de países periféricos da economia mundial, o mercado atende não apenas ligas e clubes de alto potencial, mas também divisões inferiores do futebol brasileiro e centros alternativos europeus (Grécia, Albânia, Bielorrússia, Rússia, Ucrânia, Turquia, Suécia, entre outros), onde a remuneração está distante do imaginário dos que se submetem, embora tais locais sejam vistos como trampolins para negociações futuras.

Diferenças salariais e de comportamentos

O futebol nasceu e projetou-se masculino, uma vez que, por décadas, o bolapê de mulheres foi negado. Ou seja, a presença predominantemente masculina no esporte, teria dado à modalidade uma hierarquização,

em que homens valeriam mais do que mulheres.

Muito provavelmente, o valor atribuído a mulheres e homens no futebol dê aos segundos a impressão de estarem acima das primeiras.

Somado à base educacional, familiar e psicoemocional de muitos atletas homens, o cenário se estrutura em torno da ideia de que a figura masculina vê na feminina um objeto que deve estar à disposição (basta que sejam verificados rótulos promocionais de “atleta belidade” ou “torcedora musa”, estigmatizando a figura da mulher) e que seria quase inaceitável um ‘não’ por parte do feminino a uma investida de um atleta “empoderado” pela fama e pelo dinheiro. Ou seja, mais uma vez o futebol demonstra acompanhar a trajetória do industrialismo e da produção em sua história.

CONCLUSÃO

Berço da produção industrial, o futebol significa trabalho em equipe, diferenciando a fábrica moderna da produção familiar artesanal.

Tal qual uma fábrica que exige disciplina do trabalhador, do jogador de futebol também se espera obediência às instruções de um treinador se não quiser perder seu posto de atuação.

O respeito à hierarquia do clube também deve ser levado em consideração (caso o jogador - como o trabalhador - não queira perder sua vaga, sempre disputada, quase sempre provisória).

A produção do espetáculo de futebol, tal qual o temos em dias globalizados capitalistas, também se torna obra de empresários, promotores e patrocinadores, caracterizando uma intermediação e uma divisão de trabalho.

Tudo porque, no mundo capitalista do futebol contemporâneo, o que mede a força de uma agremiação é o tamanho da clientela (torcedores), a audiência (capacidade de atração de espectadores) e a possibilidade de crescimento da marca consumida (clube). Mesmo os competidores necessitam um do outro para a produção do que se deseja vender, daí a necessidade de entidades que organizem as competições.

No processo de transformação do futebol em espetáculo esportivo globalizado, atletas são vistos como mercadoria, torcedores

como consumidores e o jogo como ativo financeiro. Isto significa dizer que, com sua modernização total, o futebol progressivamente abandona a bricolagem para tornar-se uma indústria de entretenimento que movimenta bilhões de dólares em todo o planeta.

Na atualidade, esvaziado ou esvaziando-se, elitizado ou elitizando-se (vide distanciamento do público dos estádios), espetacularizado e espetacularizando-se de forma intensiva, seguindo ou não os princípios neoliberais de resultados eficientes e com placares mínimos, o futebol moderno consolida sua trajetória a partir de sua criação, ou seja, envolto aos destinos capitalistas.

Porém, quer se queira ou não, o futebol-espetáculo foi e continua sendo uma dívida: aos que jogam e aos que favorecem o jogo, mesmo que para os últimos sobre maiores dividendos.

A evolução do mercado de jogadores ganhou grande proporção a partir dos anos 1980, quando os melhores atletas passaram a ser disputados pelos principais clubes europeus, o que tornou premente a necessidade de investimentos para captação de mais e mais desses “produtos”, indicando processos de detecção e recrutamentos de jovens adolescentes, em geral pertencentes às camadas sociais menos abastadas que buscam, em um cenário altamente competitivo, projeção e mobilidade social ascendente.

Há responsabilidade das consequências trazidas pelo caso Bosman na Europa e pelo estabelecimento da Lei Pelé no Brasil, que instituíram novas regras para transações comerciais de jogadores ao modificarem as negociações e renegociações dos contratos no mundo futebolístico.

Cabe ressaltar que, diferentemente da imagem glamorosa propagada pela mídia e percebida pelos torcedores, a formação e a profissão de jogador de futebol apresenta uma série de dificuldades, com um cotidiano marcado pelo trabalho intenso, repetitivo, desgastante, com diversas restrições de mercado, em que muitas vezes os clubes não cumprem os contratos firmados, além de uma grande discrepância salarial.

No Brasil, todo o processo de formação de um atleta de futebol é cercado de incertezas, tanto para os clubes que investem visando os altos lucros futuros (sendo que nem sempre são formados jogadores habilidosos cujas

transações possibilitem receitas que cubram os custos), tanto quanto para os atletas, que vivenciam uma rotina estafante de treinos, isolamento social, medo do desligamento, falta de controle de seu tempo livre e incerteza de continuidade numa carreira que tradicionalmente é muito curta.

Além disso há a presença de empresários que, na busca do lucro com a intermediação de um atleta, pouco se importam com a pessoa, embora, em tempos contemporâneos, tais profissionais sejam imprescindíveis por abrirem as portas dos clubes e negociarem contratos, mantendo, assim antigos comportamentos como apadrinhamento, paternalismo e clientelismo com jogadores e dirigentes das agremiações.

Eis o mundo do futebol, seguidor dos caminhos capitalistas.

Emergiu em seus propósitos, acompanha seus interesses e propósitos e desenvolve-se de acordo com o mundo de interesses do dinheiro, com a sujeição de seus atores maiores.

REFERÊNCIAS

- 1-Bourdieu, P. Como é possível ser esportivo. In: Benjamin, Walter. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- 2-Elias, N.; Dunning, E. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL. 1992.
- 3-Elias, N.; Dunning, E. Deporte e Ocio em eu processo dela civilización. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 1992.
- 4-Kupper, A. Nos rastros da bola: o futebol brasileiro entre apropriações e desapropriações. Tese de Doutorado. 2019.
- 5-Lefebvre, H. Critique de l'avié quotidienne. 2ª edição. Paris. L1Arche. 1958. Vol. 1.
- 6-Rigauer, B. Sport und Arbeit. 1969.
- 7-Thompson, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987. Vol. 2.

Recebido para publicação em 18/07/2023
Aceito em 04/08/2023